

Parte 2

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

POLÍTICAS PÚBLICAS

GOVERNANÇA CORPORATIVA

ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES

IDENTIFICAÇÃO Geral

Em conformidade com o Art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e Art. 13, incisos I, III e VIII, § 1º e § 2º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2020.

CNPJ: 00.360.305/0001-04

NIRE: 53500000038-1

Sede: Brasília/DF

Tipo de estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: União

Tipo societário: Instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de natureza jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Economia (Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 – Constituição da empresa pública Caixa Econômica Federal).

Tipo de capital: Fechado

Abrangência de atuação: Internacional

Setor de Atuação: Financeiro/Bancos

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

Gabriel Dutra Cardozo Vieira de Goes

Vice-Presidente de Finanças e Controladoria

relacoes.investidores@caixa.gov.br

Auditores independentes atuais da Empresa:

PricewaterhouseCoopers

CRC: 1SP197007/O-2

Telefone: (31) 3269 1520

E-mail: carlos_augusto.silva@pwc.com

Contador responsável: Carlos Augusto da Silva

CRC: MG 070614/0-5

**Conselheiros de Administração Subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e
Governança Corporativa**

Marcelo de Siqueira Freitas CPF: 776.055.601-25 - Presidente do Conselho de Administração em exercício

Pedro Duarte Guimaraes CPF: 016.700.677-00 - Presidente da CAIXA

Maria Rita Serrano CPF: 107.689.868-85 - Conselheiro Representante dos Empregados

Rogério Rodrigues Bimbi CPF: 842.116.017-68 - Conselheiro

Carlos Roberto de Albuquerque Sa CPF: 212.107.217-91 - Conselheiro

André Fernandes Berenguer CPF: 127.759.138-57 - Conselheiro

Data da divulgação: 31/05/2021



Capítulo 1

POLÍTICAS PÚBLICAS



Beneficio Social - Thais Alves e Aylla Vitória
São João dos Patos/MA

INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS Atividades Empresariais

A CAIXA foi constituída como instituição financeira sob a forma de empresa pública pelo Decreto-Lei nº 759, em 12 de agosto de 1969, com a finalidade de incentivar os hábitos de poupança, conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, facilitar e promover a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população e prestar os serviços delegados a ela pelo Governo Federal.

Desde nossa criação por Dom Pedro II em 1861 atuamos como a principal agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro, atendendo às diversas necessidades da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Em um período difícil para o mundo, diante da pandemia do coronavírus, reafirmamos nosso compromisso de fazer parte da vida dos brasileiros. Somente no último ano, cerca de 102,8 milhões de pessoas encontraram aqui, por meio dos benefícios sociais do Governo, a ajuda necessária para atravessar um dos anos mais difíceis da história recente. As famílias de trabalhadores, micro e pequenos empresários, incluindo os 38 milhões de brasileiros que não constavam em cadastros do Governo, receberam na CAIXA, o Auxílio Emergencial – considerada a maior operação de inclusão social, digital e financeira do país, o Saque Emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), entre outros benefícios.

Em 2020, fortalecemos nosso papel como banco de impacto social, inovador e rentável. Afinal, somos o Banco de Todos os Brasileiros.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM ATENDIMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Atuamos tanto como instituição financeira quanto como instituição mandatária da União na operacionalização de diversos produtos e programas governamentais voltados à promoção de políticas públicas.

Atuamos, ainda, como agente operador e de pagamento de Benefícios Sociais e de Programas ao Trabalhador, Novo FIES, INSS e gestão do Cadastro Único, reforçando nosso posicionamento de principal executora de políticas públicas de transferência de renda do Governo Federal.

No âmbito comercial, ofertamos linhas de crédito para o Setor Público que contribuem para a melhoria das condições de vida da população, proporcionando geração de empregos e de renda, por meio dos projetos de saneamento, geração de energia, iluminação pública, pavimentação, construção de escolas, creches e hospitais.

Os investimentos realizados pelos entes públicos, sejam com recursos dos repasses da União, sob nossa orientação e acompanhamento técnico, ou através das linhas de Crédito para Pessoa Jurídica Pública por nós operadas, têm impacto direto na qualidade de vida da população brasileira. As intervenções incluem iniciativas de preservação do meio-ambiente, melhoria das condições de saneamento e saúde pública, ampliação do transporte público e da mobilidade urbana, melhoria das condições de segurança e acesso a equipamentos comunitários, qualificação das condições de habitação, regularização fundiária e linhas de crédito para investimentos em modernização e qualificação da gestão pública.

Contamos com fontes de recursos governamentais e próprios para exercer nossa função de agente executora de políticas públicas.

As fontes de recursos governamentais estão descritas no item “Fundos de Governo” do Relatório de Gestão, neste documento.

No que tange às ações de enfrentamento da crise provocada pela pandemia da covid-19, tivemos papel fundamental para minimizar seus impactos econômicos. Ao adotar procedimentos que possibilitaram a continuidade das operações, auxiliamos os entes públicos para que mantivessem seus compromissos, movimentando a economia e preservando empregos e renda, sem descuidar das orientações de saúde e distanciamento social recomendados.

BENEFÍCIOS Sociais

Em 2020, nossos canais de atendimento próprios ou da nossa rede parceira atenderam e realizaram o pagamento de aproximadamente 788 milhões de parcelas de programas sociais e do INSS em todos os municípios brasileiros, totalizando R\$ 497,23 bilhões em benefícios pagos.

AUXÍLIO EMERGENCIAL PREVISTO NA LEI N° 13.982/2020

A gestão do programa, no âmbito do Governo Federal, está a cargo do Ministério da Cidadania. Cabem ao ministério e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV) os procedimentos relativos à seleção do público-alvo e identificação dos critérios de elegibilidade para recebimento do benefício.

Entre nossas atribuições principais, destacam-se a disponibilização do site (www.auxilio.caixa.gov.br) e da plataforma digital para a inscrição dos requerentes do Auxílio Emergencial que não pertenciam ao Programa Bolsa Família ou ao Cadastro Único, e a realização dos pagamentos aos beneficiários elegíveis.

Através da Conta Poupança Social Digital, viabilizamos a bancarização e inclusão digital dos brasileiros que não tinham acesso ao sistema bancário e efetuamos os pagamentos do Auxílio Emergencial. Estes recursos foram movimentados pelo App “CAIXA Tem”, concebido em linguagem fácil e intuitiva, para facilitar o acesso dos beneficiários.

A plataforma de cadastramento ao programa permitiu que 109,2 milhões de cidadãos se candidatassem para recebimento do benefício. O site superou a marca de 1,89 bilhões de visitas e a central de atendimento exclusiva (número 111) registrou mais de 648,8 milhões de ligações.

Em continuidade ao programa, foi publicada a Medida Provisória nº 1.000, em setembro de 2020, que instituiu o Auxílio Emergencial Extensão, benefício financeiro com previsão de pagamento de até quatro parcelas mensais no valor de R\$ 300,00 ou R\$ 600,00 (para mãe de família monoparental) com o

intuito de manter o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

A parcela desse novo benefício foi paga independentemente de requerimento, de forma subsequente à última parcela recebida do Auxílio Emergencial, até 31 de dezembro de 2020, desde que o beneficiário atendesse aos requisitos estabelecidos na Medida Provisória.

Do início do programa até final de dezembro de 2020, foram pagos o total de 535,6 milhões de parcelas, no valor de R\$ 292,9 bilhões, que beneficiaram a 67,9 milhões de famílias, em uma ação de transferência direta de renda ao cidadão sem precedentes no país.

BENEFÍCIO EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA (BEM)

Com o objetivo de reduzir os efeitos da pandemia pela covid-19 no mercado de trabalho, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 936/2020, que instituiu o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda – BEm, destinado aos trabalhadores que tiveram redução de jornada de trabalho e de salário ou suspensão temporária do contrato de trabalho.

A CAIXA foi contratada para realizar os pagamentos dos benefícios, tendo efetuado 18,9 milhões de pagamentos até 31 de dezembro de 2020, totalizando R\$ 16,4 bilhões em recursos transferidos aos trabalhadores.

ANTECIPAÇÃO DO CALENDÁRIO DO ABONO SALARIAL

A Resolução CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) nº 857/2020 além de estabelecer o calendário de pagamentos do Abono Salarial para o exercício 2020/2021, previu a antecipação dos pagamentos aos nascidos entre julho e dezembro para o mês de junho de 2020.

A permissão para antecipar os pagamentos possibilitou o crédito, no dia 30 de junho de 2020, de aproximadamente

6 milhões de benefícios para os trabalhadores em conta na CAIXA no valor total de R\$ 4,6 bilhões.

BENEFÍCIOS EMERGENCIAIS REGIONAIS

Além dos benefícios emergenciais federais, também realizamos o pagamento de 4 benefícios regionais

de enfrentamento à pandemia: Auxílio Emergencial Alagoas, Renda Minas Gerais, AmpaRO – Rondônia e Renda Básica Emergencial – São Paulo.

Ao todo foram pagas 1,5 milhões de parcelas no valor total de R\$ 819,7 milhões.

CADASTRO Único

Somos os gestores do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que é composto de um conjunto de informações capaz de identificar e caracterizar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

O Cadastro Único é uma ferramenta de apoio à formulação e à implementação de políticas públicas que objetiva promover a melhoria de vida dessas famílias, na medida em que reúne um conjunto de dados que permite aos gestores o conhecimento das vulnerabilidades a que a população pobre e extremamente pobre está exposta.

A partir das informações do Cadastro Único é possível gerar a folha de pagamento de programas de

transferência de renda como Bolsa Família, além de outros programas de iniciativa estadual, municipal e federal.

Em dezembro/2020, a base do Cadastro Único apresentou dados consolidados de 75,2 milhões de pessoas, pertencentes às 28,9 milhões de famílias cadastradas.

NOVO FIES

O Novo FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) é operado pela CAIXA na condição de agente operador, agente financeiro e gestor do Fundo Garantidor, e abrange todas as contratações de financiamentos estudantis do FIES Público realizadas a partir de janeiro de 2018.

O Novo FIES alcançou, ao final de 2020, o total de 220.165 estudantes atendidos, tendo sido celebrados 54,4 mil novos contratos e repassados encargos educacionais às 983 mantenedoras de instituições de ensino superior que aderiram ao programa, no montante de R\$ 2 bilhões no ano.

PROGRAMAS DE Transferência de Renda

Em 2020, pagamos cerca de 103 milhões de parcelas de benefícios sociais referentes a programas regulares de transferência de renda, totalizando aproximadamente R\$ 19,51 bilhões em recursos aplicados para a erradicação da pobreza e a melhoria da distribuição de renda entre a população brasileira.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família é direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com vistas a permitir superar a situação de vulnerabilidade. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde.

Em todo o Brasil atendemos mensalmente, em média, 13,7 milhões de famílias pelo Bolsa Família, no ano de 2020.

O resultado da efetividade de pagamento do programa acumulado em 2020 foi de 99,43%, foram 97,8 milhões de parcelas pagas, no valor total de R\$ 18,6 bilhões no ano.

APP BOLSA FAMÍLIA

O aplicativo Bolsa Família alcançou, até dezembro de 2020, cerca de 11,1 milhões de downloads no ano. Com o aplicativo, os beneficiários do Bolsa Família podem acompanhar a liberação do benefício, consultar o calendário de pagamentos, além de verificar as informações de pagamento das últimas parcelas com praticidade e rapidez.

A ferramenta também possui funções para os não-beneficiários, como dados sobre a rede de atendimento, calendário do programa e informações gerais de acesso ao benefício.

O aplicativo é uma estratégia CAIXA de ampliação do acesso aos canais de atendimento e está disponível para celulares, com versões nos sistemas operacionais Android e iOS.

DEMAIS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

No âmbito federal, em 2020, realizamos a operação de pagamento dos programas federais: Bolsa Atleta, De Volta Para Casa, Fomento, Garantia Safra e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

Nos estados, Distrito Federal e municípios, houve, também, execução de operações de pagamento dos programas estaduais e municipais de transferência de renda com a participação da CAIXA:

- Bolsa Alfa (DF)
- Bolsa Escola do Ipojuca (PE)
- Bolsa Família Mun. Consorciada - Manaus (AM)
- Cartão Família Carioca (RJ)
- Chapéu de Palha (PE)
- DF Sem Miséria (DF)
- Família Paranaense (PR)
- Incluir Capixaba (ES)
- Primeiro Passo (Salvador)
- Vida Nova - Nova Lima (MG)
- Abono Natalino da Paraíba (PB)
- Nota Fiscal Solidária – Pernambuco (PE)
- Renda Cidadã Goiás (GO)

O pagamento desses benefícios totalizou 5,01 milhões de parcelas com um valor total pago de R\$ 915,61 milhões.

BENEFÍCIOS AO Trabalhador

COTAS DO PIS

No âmbito do pagamento das Cotas do PIS, entre os meses de janeiro a junho de 2020, realizamos 176 mil pagamentos, injetando R\$ 202 milhões em recursos na economia.

Com a edição da Medida Provisória nº 946, de 07 de abril de 2020, o fundo PIS/PASEP foi extinto e em 31 de maio de 2020, foi realizada a migração dos recursos para o FGTS.

A migração foi realizada para aproximadamente 9,3 milhões de cotistas representando o montante de R\$ 17,9 bilhões.

ABONO SALARIAL

O Abono Salarial é um benefício com valor de até um salário mínimo pago, conforme calendário anual estabelecido pelo CODEFAT, aos trabalhadores que satisfaçam os requisitos previstos na Lei nº 7.998/90.

Em 2020, pagamos 22,2 milhões de benefícios, no montante de R\$ 16,9 bilhões, considerando, inclusive, a ação de antecipação de calendário.

SEGURADO DESEMPREGO

O Seguro Desemprego é um benefício garantido constitucionalmente que oferece auxílio em dinheiro, por um período determinado, ao trabalhador demitido sem justa causa, ao pescador profissional durante o período do defeso, ou ao trabalhador resgatado da condição análoga à escravidão.

Atuamos como agente pagador desse benefício, e ofertamos ao trabalhador todos os nossos canais de atendimento para o recebimento do auxílio, tais como agências, unidades lotéricas, correspondentes bancários e terminais de autoatendimento, além da possibilidade de efetuarmos o pagamento diretamente na conta do beneficiário.

Em 2020, pagamos 31,1 milhões de parcelas, atingindo um total anual de R\$ 40 bilhões transferidos aos trabalhadores. A maior parte dos pagamentos,

representando 57,38%, foi efetuada mediante crédito em conta de titularidade dos beneficiários.

APP CAIXA TRABALHADOR

O aplicativo CAIXA Trabalhador oferece opção de consultas de informações sobre o PIS, Abono Salarial e o Seguro Desemprego.

Os beneficiários também podem obter informações sobre as condições para recebimento dos benefícios, como requisitos de enquadramento, documentação necessária para saque e prazos de recebimento dos valores, além de esclarecer as principais dúvidas sobre os programas.

O aplicativo está disponível para download gratuito, nas plataformas Android e iOS, tendo alcançado o total de 8,75 milhões de downloads no ano de 2020.

PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Atuamos como agente pagador dos benefícios previdenciários e assistenciais geridos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atendendo a 6,2 milhões de cidadãos brasileiros, com participação de 18,2% do total de benefícios disponibilizados pelo INSS, ocupando o 3º lugar entre os bancos contratados para realizar os pagamentos.

Em 2020, realizamos 75,4 milhões de pagamentos, no valor total de R\$ 110,3 bilhões.

Os programas destinados ao trabalhador foram responsáveis, em 2020, por 53,48 milhões de pagamentos de benefícios, totalizando aproximadamente R\$ 57,1 bilhões, distribuídos entre Seguro Desemprego, PIS Cotas/Rendimentos e Abono Salarial.

FUNDO DE GARANTIA DO Tempo de Serviço (FGTS)

O FGTS foi criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

PAGAMENTO DO FGTS

Os saques do FGTS, nas modalidades de caráter não excepcional, somaram R\$ 129,4 bilhões, em 2020.

Para o pagamento do Saque Emergencial FGTS, mobilizamos diversas áreas da empresa e, durante o ano de 2020, pagamos mais de R\$ 36 bilhões a mais de 51 milhões de trabalhadores.

O Saque Emergencial FGTS ocorreu exclusivamente por meio de crédito em Conta Poupança Social Digital aberta em nome dos trabalhadores, que puderam movimentá-la pelo App “CAIXA Tem”, com possibilidade de pagamento de boletos, contas, utilização do cartão de débito virtual e de QR Code para fazer compras.

Outro fato relevante de 2020 foi o Saque-Aniversário, estabelecido pela Lei nº 13.932/19. Trata-se de uma nova opção oferecida ao trabalhador, em alternativa à sistemática de saque por rescisão do contrato de trabalho, que permite a retirada de parte do saldo da conta do FGTS, anualmente, no mês do seu aniversário.

A nova modalidade teve o pagamento iniciado em abril e, durante todo o ano, disponibilizou mais de 8,7 milhões de pagamentos de recursos na ordem de R\$ 9,84 bilhões. Até dezembro de 2020, mais de 9,7 milhões de trabalhadores fizeram a adesão à nova sistemática do saque do FGTS.

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS DO FUNDO

A Lei nº 1.446/2017 atribuiu ao Conselho Curador do FGTS competência para autorizar a distribuição dos resultados do Fundo, com o objetivo de elevar a rentabilidade das contas vinculadas de titularidade dos trabalhadores. Com o resultado de R\$ 11,32 bilhões

alcançado no exercício de 2019, o FGTS distribuiu, em 2020, R\$ 7,5 bilhões para mais de 162 milhões de contas, alcançando a rentabilidade de 4,90% a.a., considerando o crédito de juros, a atualização monetária e a distribuição dos resultados, superando índices como IPCA, INPC e poupança.

Os dados históricos de arrecadação bruta do FGTS podem ser verificados no Relatório de Sustentabilidade, neste documento.

ÁREAS DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FGTS

O Conselho Curador do FGTS destinou R\$ 77,9 bilhões, no ano de 2020, para aplicação nas áreas de habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana e FGTS-Saúde, incluídos R\$ 9 bilhões a título de descontos concedidos nos financiamentos para aquisição de imóveis a pessoas físicas de baixa renda.

No ano de 2020, as contratações nestas áreas com recursos do FGTS totalizaram cerca de R\$ 55,3 bilhões.

No FGTS-SAÚDE, programa de crédito destinado às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar ao SUS, foram contratados cerca de R\$ 751 milhões em operações de crédito com recursos do orçamento de 2020.

O programa Pró-Moradia tem o objetivo de oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderante de até 3 salários mínimos, por intermédio de financiamento a estados, municípios, Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações direta ou indireta. Nesse âmbito, foram contratadas 2 operações de crédito com o Setor Público, cujos valores somaram R\$ 115,4 milhões.

Já o Pró-Cidades é um programa do Governo Federal que possibilita aos entes públicos condições para a formulação e implantação de política de desenvolvimento urbano local a partir do financiamento de investimentos apresentados na forma de projetos

integrados de melhoria de um perímetro urbano previamente definido, para, assim, garantir maior efetividade da função social da cidade e da propriedade urbana, priorizando a ocupação democrática de áreas urbanas consolidadas. Em 2020, foram contratadas 2 operações de crédito com o Setor Público totalizando o valor de R\$ 49,8 milhões.

A linha de financiamento Saneamento para Todos visa promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população, urbana e rural, por meio de investimentos em saneamento, integrados e articulados com outras políticas setoriais, atuando com base em sistemas operados por prestadores públicos ou privados, em ações e empreendimentos destinados à universalização e à melhoria dos serviços públicos de saneamento básico. Em 2020, foram contratadas 62 operações de crédito com o Setor Público, cujos valores somaram R\$ 1,2 bilhão.

Ofertamos aos clientes Governo, também, o Pró-Transporte – programa que visa apoiar os setores públicos e privados na implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e de mobilidade urbana, compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados, em alinhamento à Política Nacional de Mobilidade Urbana

e à Política Socioambiental do FGTS, promovendo a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal, da qualidade de vida e do acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais nas cidades brasileiras. No ano de 2020, foram contratadas 81 operações de crédito com o Setor Público no âmbito do Pró-Transporte, totalizando o montante de R\$ 818,6 milhões.

DESCONTOS CONCEDIDOS NA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Os descontos concedidos pelo FGTS, nos financiamentos para aquisição de imóveis a pessoas físicas de baixa renda, ampliam a capacidade de pagamento do mutuário por meio da redução do valor das prestações e da quitação de parte do valor de compra.

Quanto menor a renda do mutuário, maior o desconto concedido, fazendo com que as aplicações do FGTS cumpram efetivamente seu papel social de levar moradia digna à população de menor renda.

Em 2020, 329.856 famílias foram beneficiadas nos financiamentos contratados com pessoas físicas na área de habitação popular. Os descontos concedidos em 2020 totalizaram R\$ 8,13 bilhões.

DESENVOLVIMENTO Social e Urbano

Atuamos como agente operador das ações do Governo Federal em implementação de políticas públicas de desenvolvimento social e urbano do Brasil, por meio da análise e acompanhamento de projetos de habitação popular, saneamento básico e de infraestrutura urbana e rural, desportiva, turística, cultural, de gestão de recursos hídricos e resíduos sólidos, dentre outros, a partir dos recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU).

Para o desenvolvimento do Brasil, são firmados contratos de prestação de serviços que viabilizam a implementação de políticas públicas por meio da transferência de recursos públicos, pautada na transparência e efetividade.

Atualmente, possuímos 20 contratos ativos, destacando-se os novos documentos celebrados em 2020 com o Ministério do Meio Ambiente e com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA UNIÃO

Pautados pela transparência na tramitação de recursos públicos, gerenciamos mais de 31 mil operações de transferências de recursos da União para os estados, municípios e Distrito Federal. Tais recursos, cujo valor supera R\$ 70,60 bilhões, são

aplicados em obras e serviços executados em todo território nacional.

Conheça a Plataforma + Brasil e acompanhe as transferências de recursos públicos realizadas pela CAIXA. Para saber mais, basta acessar <http://plataformamaisbrasil.gov.br>.

Objetivando simplificar e desburocratizar o processo de transferências voluntárias, atuamos junto ao Ministério da Economia e à Controladoria Geral da União para promover a transformação digital deste processo e a racionalização do escopo de nossa atuação. Os ajustes permitiram a redução de custos operacionais e, consequentemente, das tarifas cobradas pela prestação dos serviços.

Como resultado desta modernização realizada em 2020, houve a contratação de mais de 4.727 operações, com investimento total de R\$ 5,83 bilhões.

Ocorreu também a entrega de 10.842 obras à população brasileira e, ainda, foram injetados na economia brasileira R\$ 5,91 bilhões em transferências de recursos para execução de projetos e obras públicas.

Visando a correta aplicação dos recursos públicos alocados para as operações que acompanhamos, atuamos em parceria com os Órgãos de Controle e do Poder Judiciário, oferecendo informações importantes sobre as operações. Durante o ano de 2020, foram atendidas 1.141 demandas de informações de diversos órgãos, como ministérios gestores, Órgãos de Controle e Poder Judiciário.

Ainda sob o viés de fortalecimento da transparência, disponibilizamos, diariamente, nossa base de dados para uso por parte dos ministérios e Órgãos de Controle da União, além do Sistema de Acompanhamento de Obras, atuação, essa, que permite a qualquer cidadão ter acesso aos dados de cada contrato de repasse do OGU gerido pela CAIXA.

A ferramenta pode ser acessada em www.caixa.gov.br > Poder Público > Acompanhamento de Recursos para Obras.

RETOMADA DE OBRAS EM 2020

Visando a construção de soluções adequadas às necessidades dos clientes Governo (estados e

municípios) promovemos, em 2020, soluções para gestão e retomada de obras com recursos do OGU.

Diversas ações foram realizadas junto aos entes públicos, por meio da atuação de equipe especializada em retomada de obras paralisadas, como automatização da gestão das carteiras, realização de diagnóstico da causa de paralisação das obras, e apoio técnico constante para retomada de obras.

No início de 2020, das operações de repasse, 14% estavam classificadas como obras paralisadas e, ao final do ano, esse percentual foi reduzido para 9%.

No âmbito do OGU, 2.093 contratos foram retomados ou finalizados, havendo redução de 39% na quantidade de obras paralisadas. Com isso, houve a entrega do benefício pretendido à população, por meio da execução de obras de infraestrutura, mobilidade, requalificação de espaços públicos, dentre outros. Essas ações resultaram, por todo o país, em valorização da região e melhoria da qualidade de vida nas comunidades.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Atuamos na estruturação de projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPP) a entes subnacionais com a prestação de serviço de assessoramento técnico com contratação direta ou por meio do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (FEP).

Com nosso assessoramento, os entes subnacionais têm acesso ao apoio técnico para o desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas englobando desenvolvimento dos estudos e suporte durante as fases de consulta pública e licitação.

O crescimento da carteira de projetos e a retirada do limite de aporte de recursos no FEP, marcaram a consolidação do posicionamento da CAIXA como a principal estruturadora de projetos de concessões e PPP em âmbito municipal, estabelecendo tendência de manutenção do crescimento nos próximos anos.

O portfólio de projetos com o apoio da CAIXA conta com 36 iniciativas. Essas iniciativas devem beneficiar,

aproximadamente, 13 milhões de pessoas em mais de 66 municípios.

Estes projetos contribuem para a solução das questões ambientais e sociais mais sensíveis do País, cumprindo nosso papel de agente de políticas públicas e promotora do desenvolvimento sustentável. Os projetos serão desenvolvidos de acordo com a disponibilidade financeira do fundo.

LINHAS DE CRÉDITO COM RECURSOS CAIXA

Uma das principais linhas de crédito ofertadas pela CAIXA, o FINISA – produto destinado ao financiamento de investimentos em Saneamento e Infraestrutura, por meio de apoio financeiro para estados, Distrito Federal e municípios – tem como escopo a atuação no financiamento de despesas classificadas como despesas de capital, previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do proponente.

Essa linha de crédito contribui para a melhoria das condições de vida da população, proporciona geração de empregos e renda por meio dos inúmeros projetos que se concretizam com as modalidades ofertadas pelo produto. No ano de 2020, foram contratadas 461 operações de crédito com o Setor Público no âmbito do FINISA, cujos valores somaram R\$ 7,5 bilhões.

Alinhado à estratégia e objetivando tanto a geração de resultados financeiros quanto o fortalecimento da CAIXA como agente facilitador na implementação de políticas públicas, o exercício de 2020 também foi marcado pela contratação do produto CAIXA Políticas Públicas (CPP) no montante de R\$ 19,9 milhões. O produto oferece serviços de análise, de acompanhamento, de assessoria e de consultoria relacionados às atividades técnicas de engenharia, arquitetura, trabalho social e operacional para o segmento Governo.

HABITAÇÃO

Em 2020, contratamos R\$ 116,03 bilhões de reais no crédito imobiliário, estabelecendo um novo recorde na história do banco referente à aplicação de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), FGTS e Programas Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Programa Casa Verde Amarela (PCVA).

PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL

Em 2020, foram contratadas 352,3 mil novas unidades habitacionais nos Programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde Amarela totalizando R\$ 47,62 bilhões em investimentos. Além disso, foram entregues aproximadamente 357,3 mil unidades, beneficiando mais de 1,4 milhão de cidadãos.

No PMCMV Faixa I foram entregues cerca de 53 mil unidades em 2020. Dentre as milhares de famílias beneficiadas vivendo em situação de vulnerabilidade social, destacamos a entrega de 4.154 unidades habitacionais (UH) para agricultores familiares, 967 UH para assentados do INCRA, 94 UH para extrativistas,

483 UH para indígenas, 290 UH para pescadores artesanais, 2.066 UH para quilombolas e 1.810 UH para trabalhadores rurais.

Foram implantadas novas condições do Programa Casa Verde e Amarela, com melhores condições para os clientes, a exemplo de taxa de juros a partir de TR + 4,25% a.a., para as regiões Norte e Nordeste e, ainda, os valores de compra e venda dos imóveis, para enquadramento no PCVA, tiveram seus limites elevados nessas regiões, equiparando-os com os limites da Região Centro-Oeste (exceto Distrito Federal), contribuindo para a redução do déficit habitacional.

Todos esses investimentos na Habitação de Interesse Social são uma marca da nossa atuação em prol do desenvolvimento da sociedade brasileira, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários.

RETOMADA DE OBRAS PARALISADAS

Além da contratação de milhares de novas moradias, ratificamos nosso compromisso com as políticas

habitacionais empreendendo esforços para a retomada de obras de Habitação de Mercado e de Interesse Social. Dentre os resultados de 2020, foram viabilizadas soluções para a retomada de 322 empreendimentos considerados críticos, o que corresponde à continuidade das obras de 49.422 unidades habitacionais anteriormente paralisadas.

AÇÕES DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19

No cenário de crise ocasionado pela pandemia da covid-19, no decorrer do ano de 2020, muitas famílias foram afetadas, não apenas por questões relacionadas à saúde, mas também pelos relevantes impactos econômicos.

Considerando o nosso papel como agente operador do benefício e a nossa expertise na realização do Trabalho Social com as famílias contempladas pelo

Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa I, concebemos e implantamos uma ação para levar atendimento aos beneficiários dos Auxílios Emergenciais, moradores dos empreendimentos onde a CAIXA atua.

Os objetivos da ação, com início em maio de 2020 perdurando até o encerramento de concessão do benefício, consistiram em prestar atendimento, orientar e esclarecer as dúvidas dos beneficiários do PMCMV que solicitaram os auxílios e não obtiveram êxito na sua liberação, por quaisquer motivos, e ainda, orientar acerca da utilização do App CAIXA Tem.

Parte da ação contemplou atividades integrantes da mobilização social, um dos eixos centrais do Trabalho Social, que, dentre outras coisas, visa promover a autonomia e o protagonismo social, e garantir à comunidade acesso aos direitos sociais.

Em todas as ações, além dos atendimentos personalizados, divulgamos os métodos de prevenção à contaminação pelo novo Coronavírus e realizamos ações de educação financeira (planejamento do orçamento familiar no cenário de crise).

AGRONEGÓCIO

O crédito rural faz parte da política agrícola do Governo Federal, seguindo as diretrizes do plano agrícola e pecuário, lançado a cada ano-safra. Na CAIXA, o custeio e a industrialização são as principais linhas de crédito, responsáveis por 78% do volume de crédito concedido em 2020. Ao todo contamos com mais

de 50 produtos de financiamentos que visam atender agricultores familiares, cooperativas e grandes empresas do setor agropecuário, em suas diferentes atividades produtivas.

Nossa estratégia tem o objetivo de fomentar as regiões com vocação para o agronegócio, desde o



Caminhão AgroCAIXA

agricultor familiar até as grandes companhias que formam a cadeia de produção, industrialização e comercialização de produtos agropecuários, respeitadas as regras e limites do Manual de Crédito Rural.

As operações de crédito rural utilizam os recursos do depósito à vista, objeto do direcionamento obrigatório, além das captações provenientes de Letras de Câmbio Agropecuário (LCA) e recursos livres (tesouraria).

Em 2020 contratamos R\$ 7,9 bilhões em crédito rural, proporcionando um fechamento do ano com um saldo em carteira de aproximadamente R\$ 7,72 bilhões, maior saldo desde o início do crédito rural na CAIXA, em 2012, e o maior crescimento entre as principais instituições financeiras do país, com mais de 40% de incremento no ano.

Além disso, a CAIXA passou a conceder crédito de custeio para o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) diretamente aos

produtores, tendo totalizado R\$ 710 mil. Ainda no âmbito do PRONAF, mas com crédito direcionado a cooperativas de agricultores familiares, foram concedidos R\$ 56,7 milhões destinados à industrialização. Outros R\$ 20 milhões foram realizados na linha de crédito de comercialização FGPP (Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor) no primeiro semestre de 2020.

No âmbito do PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) foram concedidos R\$ 679 milhões de financiamentos, sendo R\$ 552 milhões em custeio e R\$ 127 milhões em investimento.

O PRONAF e PRONAMP são programas que proporcionam garantia de emprego e renda para pequenos e médios produtores rurais, com o objetivo de reduzir o êxodo rural, além de fomentar o desenvolvimento de comunidades que dependem da atividade agropecuária.

APOIO AO MICRO E Pequeno Empreendedor



Em 2020, ofertamos principalmente 3 linhas de crédito para incentivar o empreendedorismo brasileiro, e consequentemente a geração de emprego e renda. Nossa atuação através das Microfinanças é baseada na prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para qualquer brasileiro, que possibilite sua independência financeira e ascensão social.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), tem por objetivo apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para microempresas, microempreendedores individuais (MEI), e empreendedores de baixa renda, sejam formalizados ou não. As linhas de crédito podem ser utilizadas na aquisição de máquinas, equipamentos, matéria-prima, melhoria de infraestrutura ou ainda como capital de giro.

Na atuação frente a minimizar os impactos da pandemia da covid-19, além do Microcrédito Produtivo Orientado, também disponibilizamos linhas de crédito

no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC Maquininhas).

A CAIXA foi a única instituição financeira a destinar R\$ 50 milhões para o Microcrédito PRONAMPE, garantindo que esse recurso chegasse aos microempreendedores brasileiros.

Os recursos destinados ao Microcrédito Produtivo Orientado e ao Microcrédito PRONAMPE correspondem a 2% (dois por cento) da média dos saldos dos depósitos à vista.

O PEAC Maquininhas, vigente até dezembro de 2020, viabilizou linha de crédito de capital de giro a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, tendo como garantia os recebíveis de vendas futuras realizadas através das “maquininhas”. As operações de crédito contratadas nesta modalidade foram realizadas integralmente com os recursos da União alocados para o programa.

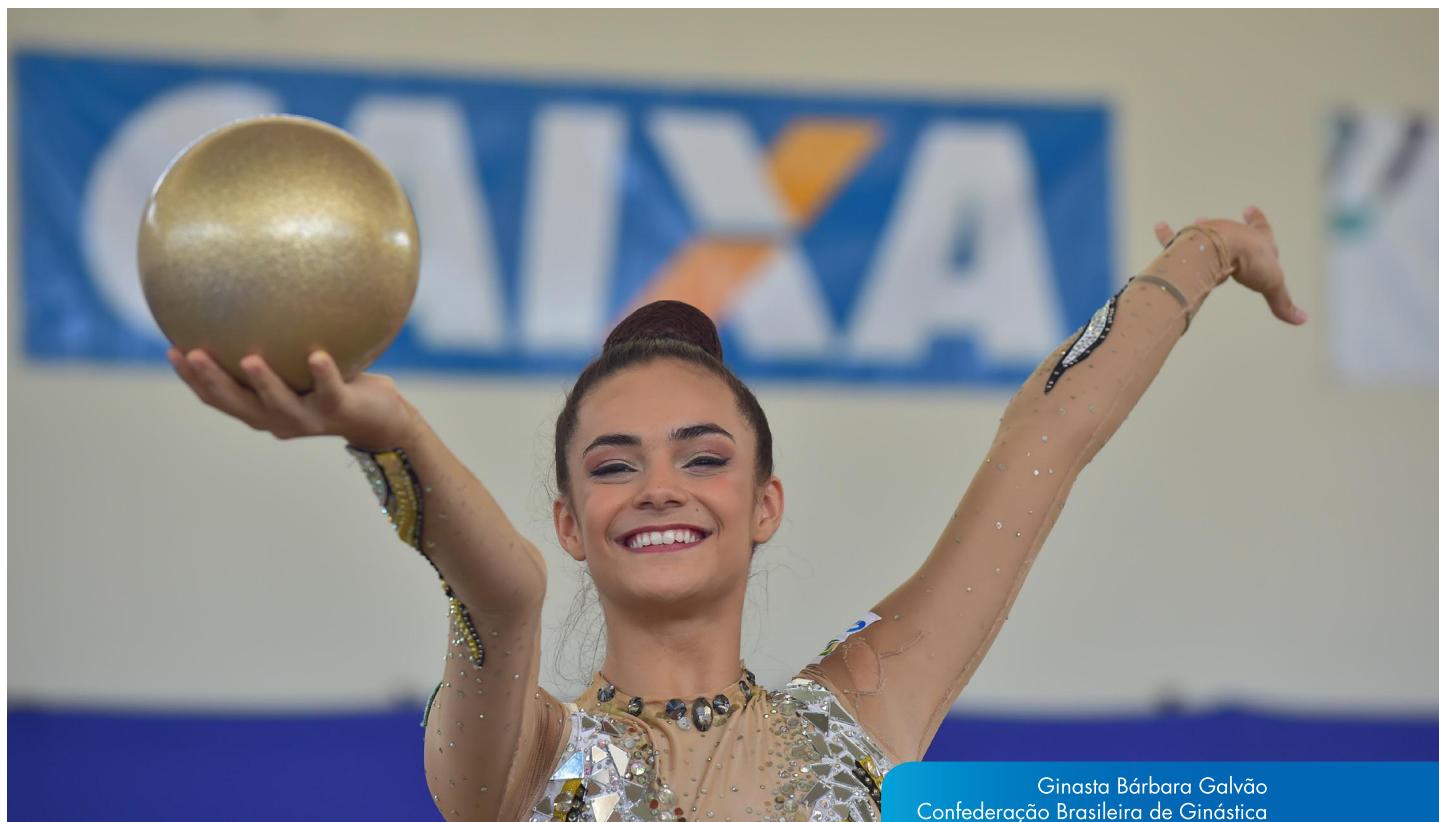
Em 2020, foram concedidos mais de R\$ 260 milhões em operações de Microfinanças, atendendo aproximadamente 27.700 empreendedores.

PATRIMÔNIO Cultural e Esportivo

A CAIXA incentiva o talento, a criatividade e o empreendedorismo dos brasileiros, sendo uma das maiores promovedoras da cultura e do esporte no Brasil.

Os patrocínios culturais, em 2020, totalizaram o valor de R\$ 4,3 milhões priorizando festividades regionais

e desenvolvimento social. Com o cenário da pandemia, as ações presenciais foram prejudicadas, muitos eventos foram cancelados e restrições estaduais e municipais foram decretadas. Neste contexto, não houve seleção pública para ocupação dos Espaços



Ginasta Bárbara Galvão
Confederação Brasileira de Ginástica

CAIXA Cultural localizados em Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Os patrocínios no segmento esportivo tiveram investimento de R\$ 51,7 milhões no ano de 2020, sendo que as principais modalidades apoiadas pela CAIXA foram o atletismo, basquete, corridas de rua, ginástica e natação.

Destacamos como principais projetos patrocinados pela CAIXA, a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), os projetos possuem centros sociais que atendem crianças e jovens por todo o país.

POUPANÇA

Exercendo o papel de Banco de Todos os Brasileiros, em 2020 foi promovida a maior ação de inclusão social, digital e financeira já vista, com a abertura de mais de 105 milhões de contas Poupança Social Digital CAIXA, muitas delas para pessoas que nunca tiveram acesso ao sistema financeiro. Esses brasileiros passaram a ter uma conta gratuita, movimentada pelo App CAIXA Tem e ganharam não só visibilidade, mas também comodidade e acessibilidade financeira. Essas poupanças foram abertas na modalidade simplificada e são exclusivas para beneficiários de

programas governamentais, sendo utilizadas para o recebimento do Auxílio Emergencial, Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda (BEm) ou do Saque Emergencial do FGTS.

Para incentivar os clientes a realizar movimentações financeiras por meio de canais digitais, criamos o pacote de serviços “Poupança Social Digital – Lei nº 14.075” que possibilitou, além dos serviços essenciais prestados à Pessoa Física, a realização ilimitada de transferências de valores entre contas CAIXA, via autoatendimento e *internet*.

LOTERIAS

As Loterias CAIXA atingiram recordes de arrecadação, repasses sociais e prêmios ofertados.

Em 2020, repassamos R\$ 8,09 bilhões para áreas prioritárias, como Saúde, Educação, Segurança, Esportes, entre outros. O maior repasse já feito pelas Loterias CAIXA em toda a sua história.



Capítulo 2

GOVERNANÇA CORPORATIVA

CAIXA

3ª Reunião Lideranças Femininas



Reunião da Liderança Feminina da CAIXA (2019)
Foto do acervo CAIXA – antes da pandemia

GOVERNANÇA Corporativa

Nossa governança tem como objetivo dirigir, monitorar e incentivar a otimização do desempenho e proteção dos direitos de todas as nossas partes interessadas, pautada por princípios e alinhada aos nossos Objetivos Empresariais, com vistas a maximizar nossos resultados econômico-sociais.

Os princípios que norteiam nossa governança corporativa são a Transparência, a Responsabilidade Corporativa, a Equidade e a Prestação de Contas.

Buscamos alcançar avanços significativos nos processos de gestão, na melhoria constante nas relações com todas as partes interessadas e na abordagem de temas críticos, alinhados à adoção de práticas referenciadas de mercado.

No alcance destes objetivos, no ano de 2020, atuamos com foco nas premissas de liderança, estratégia, sustentabilidade dos negócios, cliente, controle e riscos e integridade, consolidando os mecanismos envolvidos em um ambiente integrado e interdependente.



Para a prática da governança utilizamos instrumentos que norteiam a atuação dos nossos agentes, garantindo a efetividade e a qualidade no processo decisório, alinhada às diretrizes legais e dos órgãos reguladores, destacando-se:

- Estatuto;
- Políticas CAIXA;
- Regimentos Internos de Colegiados;
- Normativos;
- Código de Ética;
- Código de Conduta;
- Regime de Alçadas;
- Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa.

Nossa administração está estruturada de forma a privilegiar a deliberação colegiada, por meio da constituição de fóruns internos, de nível estratégico, tático ou operacional, como forma de propiciar a necessária sinergia entre as áreas, evitar conflitos de interesses e resguardar os nossos interesses e das nossas subsidiárias, promovendo o equilíbrio entre decisões colegiadas e a autonomia individual dos gestores, por meio de mecanismos de responsabilização pelas decisões tomadas.

Mais informações estão disponíveis em:
<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa>

ESTRUTURA DE Governança

	COMPOSIÇÃO	FUNÇÃO
Assembleia Geral	Controlador único da CAIXA.	Órgão com poderes para deliberar sobre todos os nossos negócios, nos termos da Lei e do Estatuto Social da CAIXA.
Conselho Fiscal	Cinco membros eleitos pela Assembleia Geral	Órgão que acompanha e verifica a ação dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; zela pelos interesses da CAIXA e exerce as atribuições inerentes ao seu poder fiscalizador
Conselho de Administração	Oito conselheiros eleitos pela Assembleia Geral, sendo eles: o Presidente da CAIXA, seis membros indicados pelo Ministro de Estado da Economia (dentre eles o Presidente do Conselho e os membros independentes) e um conselheiro representante dos empregados.	Órgão de decisão colegiada e de orientação geral dos negócios, responsável por definir diretrizes e objetivos empresariais e por monitorar e avaliar nossos resultados.
Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração	Três ou quatro conselheiros, em sua maioria independentes.	Órgãos colegiados que se reportam ao Conselho de Administração, com independência em relação aos demais órgãos, e tem a finalidade de assessorar o Conselho nas questões relacionadas ao seu âmbito de competência.
Conselho Diretor	Presidente da CAIXA, que o preside, e vice-presidentes, exceto os de áreas segregadas.	Órgão de deliberação colegiada responsável pela gestão e representação da CAIXA.
Conselho de Fundos Governamentais e Loterias	Presidente da CAIXA, que o preside, e três vice-presidentes.	Órgão colegiado responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo federal, incluído o FGTS.
Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros	Presidente da CAIXA, que o preside, e três vice-presidentes.	Órgão colegiado deliberativo, responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à administração e gestão de ativos de terceiros.
Comitês Delegados do Conselho Diretor	Vice-Presidentes das áreas que guardam relação com as matérias apreciadas nos comitês.	Órgãos de caráter deliberativo, vinculados ao Conselho Diretor, têm como missão agilizar o processo decisório da CAIXA em temas de sua competência.
Comitês de Diretores Executivos	Diretores Executivos das áreas que guardam relação com as matérias apreciadas nos comitês.	Órgãos colegiados de caráter deliberativo e opinativo de matérias levadas à apreciação dos Comitês Delegados e do Conselho Diretor, no âmbito de suas competências.

AÇÕES DE Governança

O aperfeiçoamento da governança corporativa representa uma de nossas diretrizes estratégicas, e nos permite fomentar a adequada avaliação de operações e a mitigação de riscos futuros. Dentre as principais medidas adotadas para aprimorar a governança no ano de 2020, citamos:

ESTATUTO SOCIAL

Adequação do Estatuto Social para atendimento a requisitos legais, com publicação em abril de 2020, mantendo o instrumento atualizado com as diretrizes da empresa.

Ainda em 2020, foi aprovada pela Assembleia Geral nova revisão do nosso Estatuto Social, em alinhamento ao modelo de novo estatuto social a ser observado pelas empresas estatais federais divulgado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), vinculada à Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados (SE-DDM), do Ministério da Economia. O novo Estatuto encontra-se em validação encontra-se em validação pelo Banco Central do Brasil.

REVISÃO DO MODELO DE COLEGIADOS

A revisão dos Comitês Delegados e dos Comitês de Diretores Executivos, vinculados ao Conselho Diretor, com atuação como instâncias deliberativas, de monitoramento e opinamento, foi implantada em 2020.

O contínuo aperfeiçoamento do Modelo de Colegiado visa aperfeiçoar as interações e a organização dos fóruns decisórios, promovendo o constante aperfeiçoamento da governança e dos fluxos de tomada de decisão.

REVISÃO DO MODELO DE POLÍTICAS

Implementamos projeto de qualificação das nossas políticas de atuação, objetivando maior eficiência às

diretrizes da empresa, otimizando os temas correlatos e a organização.

O modelo, aprovado nas instâncias de governança, buscou dar maior efetividade na tomada de decisão, orientando as decisões estratégicas e a atuação corporativa dos dirigentes, conselheiros e empregados para o atingimento dos objetivos empresariais, além de adequar os instrumentos publicados pela CAIXA aos padrões e melhores práticas observados no mercado.

Nossas Políticas Corporativas reúnem as seguintes temáticas transversais:

- **Política Institucional**, que contempla as diretrizes para os temas governança, estratégia, responsabilidade social, comunicação, marketing, relacionamento institucional e negociação de valores mobiliários referente a participações societárias detidas pela CAIXA e suas subsidiárias.

Conheça a Política Institucional CAIXA, acessando: https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica_Institucional_CAIXA.pdf

- **Política de Segurança e Informação**, que abrange segurança cibernética, segurança empresarial, uso e tratamento da informação e privacidade.
- **Política de Pessoas**, voltada a nortear o comportamento dos empregados no trabalho, balizar as ações, projetos, soluções e a tomada de decisão em gestão de pessoas.
- **Política de Riscos e Gerenciamento de Capital**, que orienta sobre a gestão do risco de forma contínua e integrada, assegurando a solvência, liquidez e sustentabilidade da CAIXA.
- **Política de Controle Interno e Compliance**, com diretrizes de prevenção, detecção, correição e mitigação do risco de compliance e integridade.
- **Política Negocial**, abrangendo o relacionamento com clientes, preço, crédito e captação de ativos.

O novo modelo prevê também as Políticas Específicas, que orientam o comportamento para assuntos não contemplados nas Políticas Corporativas, ou atendem à legislação ou recomendação de órgãos reguladores e de fiscalização que exijam política exclusiva para o assunto.

Desta forma, as políticas estão em processo de revisão e/ou aprovação nas instâncias de governança da CAIXA.

REVISÃO DO MODELO DE FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Com o objetivo de maior alinhamento das diretrizes da alta gestão com os negócios da instituição, foi elaborado o modelo de metodologia de construção da estratégia com utilização de processo ágil de planejamento, inovação e eficiência do processo (formulação conjunta do Plano Estratégico Institucional - PEI, Plano Estratégico de TI - PETI e Plano de Negócios - PN), foco nas prioridades e envolvimento de todos os dirigentes.

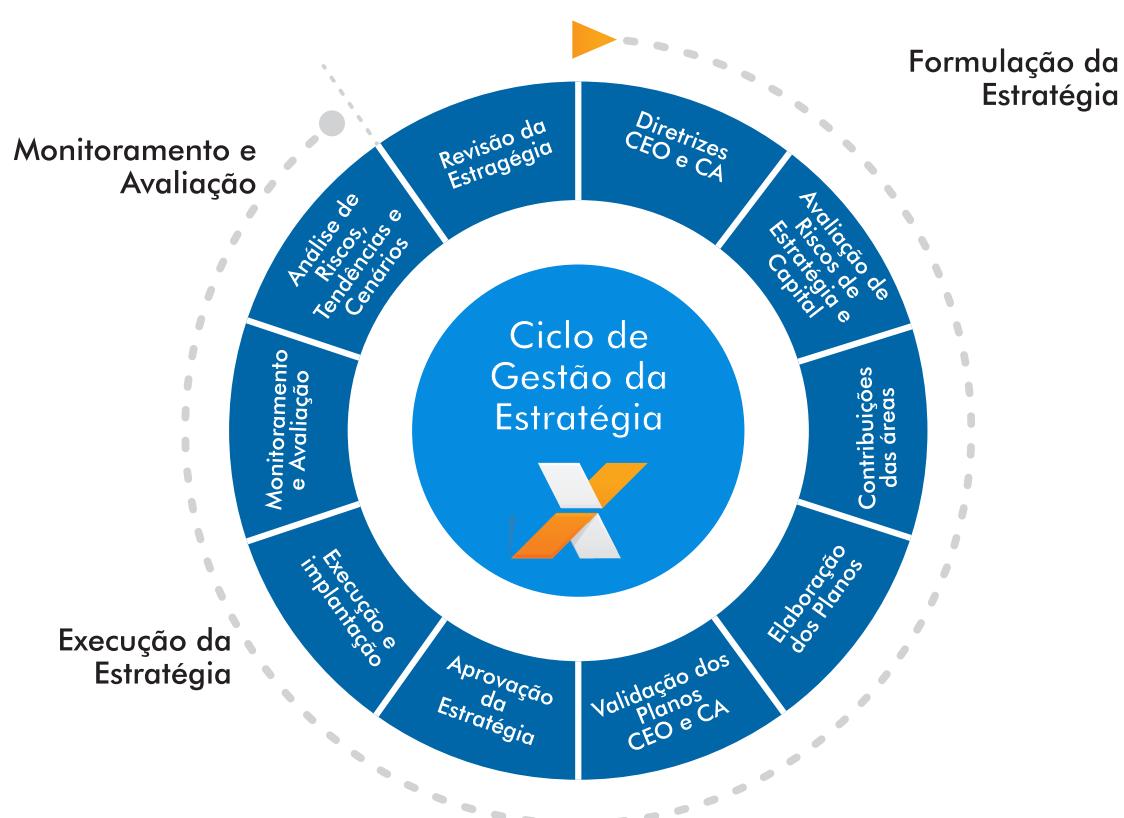
A revisão anual da Estratégia faz-se imperativa, uma vez que a Lei nº 13.303/2016 torna mandatória a

obrigatoriedade de as empresas estatais possuírem estratégia de longo prazo atualizada, com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos.

A Estratégia revisada visa mitigar o risco de desalinhamento empresarial frente às mudanças em um ambiente desafiador e sem precedentes, gerado principalmente, pela pandemia da covid-19.

Para aproximar o processo de construção da Estratégia às diretrizes da gestão, elaboramos proposta de nova metodologia de formulação, com a utilização do framework OKR (*Objectives and Key Results*) em substituição do modelo BSC (*Balanced Scorecard*), de forma a conectar objetivos estratégicos a resultados mensuráveis, além de possibilitar o acompanhamento da evolução, permitir correções e melhorias para o alcance das metas.

Em observância ao Art.42 do nosso Estatuto Social, o processo de revisão e elaboração do Plano Estratégico Institucional (PEI) cumpriu agenda participativa com dirigentes, todos os conselheiros e o presidente, em um processo interativo de entrevistas, reuniões e workshops.



REGIME DE ALÇADAS

Nosso Regime de Alçadas é o conjunto de valores que definem os limites atribuídos à decisão da autoridade competente, em função da natureza da operação (concessão de créditos, compras e contratações, realização de negócios, entre vários outros).

Para garantir um ambiente mais fluido para a tomada de decisão relativa aos negócios, foram revisadas as regras referentes ao Regime de Alçadas CAIXA, redistribuindo as alçadas de forma a promover maior agilidade no processo decisório em operações de menor exposição, risco e valor, e, ao mesmo tempo, gerar maior segurança para decisões mais complexas e de maior valor.

ECOSSISTEMA DE INTEGRIDADE

Imbuídos no compromisso de fortalecer nosso Sistema de Integridade, em 2019 produzimos o modelo de gestão em Ecossistema, a partir da percepção de que a Integridade não está localizada em apenas uma área, unidade ou gerência, mas é o resultado da interação entre diversos atores da empresa. A troca de experiências e o trabalho conjunto de todas as áreas envolvidas na gestão deste Ecossistema propiciou a revisão das competências de várias

unidades no ano de 2020, reforçando o tema Integridade na empresa.

FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA

Em 2020 criamos as Diretoria Executiva de Controles Internos (DECOL) e Diretoria Auditoria Interna (DIAUD), contribuindo para o fortalecimento tanto da nossa governança, quanto do ambiente de controle e linhas de defesa, atribuindo dirigentes à gestão de áreas sensíveis e complementares. A criação das Diretorias promoveu, ainda, a necessária independência para a atuação desses dirigentes, na forma prevista em nosso Estatuto.

ADEQUAÇÃO À LEI N° 13.303/2016

Destacamos o nível de adequação geral superior conferido à CAIXA pelo Tribunal de Contas da União (TCU), após conclusão de trabalho de auditoria relacionado à verificar a adequação das empresas estatais federais à Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

A avaliação conduzida pelo TCU analisou dimensões consideradas estruturantes na Lei das Estatais, tais como: interesse público e função social da empresa; *compliance* e gestão de riscos; transparência e licitações e contratos; e governança corporativa.

GESTÃO DO Conglomerado CAIXA

A gestão do nosso Conglomerado adota práticas de governança e controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos dos nossos negócios, além de observar mecanismos para proteção dos acionistas e regras de governança corporativa, de transparência, estruturas e composição da administração.

Adicionalmente, realizamos monitoramento periódico para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e aderência estratégica das nossas participações. A prospecção e manutenção de negócios são pautadas na constituição de participações societárias que contribuam para potencializar nossa atuação

negocial e operacional, permitindo capturar sinergias, aumentar a eficiência operacional e rentabilizar ativos.

Em consonância com os objetivos de assegurar resultados sustentáveis para o Conglomerado, maximizar o retorno sobre o capital alocado, ampliar a eficiência operacional e promover a transformação social por meio do desenvolvimento sustentável, adotamos sistemáticas aplicadas aos projetos de formação de parcerias estratégicas e de desinvestimento de ativos do Conglomerado, baseadas na legislação pertinente e em práticas recomendadas por órgãos reguladores.

Além disso, a Política Institucional CAIXA contempla as diretrizes de Governança Corporativa e Estratégia do Conglomerado, que buscam promover e manter o alinhamento estratégico das subsidiárias e participadas aos objetivos empresariais da CAIXA, de forma a maximizar

a efetividade dos negócios envolvidos, integrar ações e responsabilidades no processo de gestão das participações, contribuir para a continuidade e sustentabilidade no longo prazo, além de ampliar o nosso posicionamento e o de nossas subsidiárias no mercado.

CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO de Riscos e de Capital

Adotamos boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo os indicadores de risco e capital reportados periodicamente à alta administração como um dos subsídios à tomada de decisão.

Nosso Sistema de Controles Internos (SCI), constituído por um conjunto de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados por todos os empregados, assim como a descrição dos fatores de risco e a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, podem ser verificados no Relatório de Gestão, neste documento.

DADOS Econômico-Financeiros

As informações orçamentárias, financeiras e contábeis da CAIXA para o exercício de 2020 estão disponíveis no Relatório de Gestão, neste documento.

DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA Remuneração da Administração

A remuneração dos dirigentes CAIXA é composta pelas parcelas de remuneração fixa, variável e benefícios. No que tange especificamente à remuneração variável, anualmente é aprovado pelo nosso órgão controlador o Programa de Remuneração Variável dos Dirigentes CAIXA (RVD), cujo objetivo é vincular parte da remuneração ao desempenho dos dirigentes, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa e o alcance de resultados sustentáveis para a empresa.

No exercício 2020, o Programa de RVD contemplou dois indicadores voltados às políticas públicas, quais sejam:

“Efetividade da Execução do Orçamento FGTS” e “Efetividade do Programa de Políticas Públicas” que buscou mensurar a Efetividade de contratação e desembolso em financiamento em saneamento e infraestrutura e Efetividade de pagamento do Bolsa Família. Destaca-se que todos os dirigentes, com exceção da área de risco e da tecnologia, são impactados pela performance desses indicadores, que reflete no montante a ser distribuído de remuneração variável a cada um.

O montante máximo destinado ao pagamento da Remuneração Variável dos Dirigentes, exercício 2020,

contemplando bônus por superação das metas, é de 5 (cinco) milésimos do lucro recorrente realizado ou 8 (oito) honorários mensais para cada dirigente, prevalecendo o que for menor, e está condicionado ao pagamento dos Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio (JSCP) - nos termos acordados com a Assembleia Geral para o exercício -, à distribuição da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos empregados, à existência de lucro no exercício e ao alcance de metas dos indicadores presentes no programa.

Os valores a serem pagos de Remuneração Variável referente ao desempenho dos dirigentes CAIXA no exercício de 2020 são calculados após o fechamento do Balanço da CAIXA.

No que se refere à remuneração fixa, destacamos que no exercício de 2020 não houve aumento de valores em relação ao ano de 2019.

Os empregados CAIXA fazem jus a incentivos financeiros variáveis, tais como PLR e Bônus CAIXA. O montante a distribuir a título de PLR está vinculado a indicadores corporativos e de políticas públicas e, para o exercício 2020, foram definidos: Índice de Resultado Operacional por Empregado, Índice de Desempenho das Unidades, Índice de Retorno sobre Patrimônio, Índice de Margem Operacional e, também, Índice de Políticas Públicas.

O indicador de Políticas Públicas, denominado Efetividade da Execução do Orçamento FGTS nos Programas de Carta de Crédito Individual e Apoio à Produção, visa mensurar o cumprimento, pela CAIXA, de uma meta de investimento em habitação social formulada pelo Governo Federal. O montante máximo a ser distribuído está atrelado à legislação que rege a matéria, diretrizes dos órgãos de governança, assim como ao Acordo Coletivo assinado junto às Entidades Representativas. Para o ano 2020, o empregado pode receber de 1 a 3 remunerações-base.

O Bônus CAIXA 2020 aplica-se aos empregados ocupantes de função de gestão, mobilizadores de equipe, que atendem aos critérios de elegibilidade e habilitação, com o objetivo de reconhecer o alcance de resultado superior ao ordinariamente esperado. No ano, os indicadores utilizados para acionar o bônus foram o lucro líquido e o índice de satisfação do cliente (NPS – Net Promoter Score - metodologia que mensura o grau de satisfação do cliente CAIXA).

A remuneração do Presidente, Vice-Presidentes, Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal e membros dos Comitês de Auditoria e Independente de Riscos é disponibilizada no endereço <https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa/comite-remuneracao/Paginas/default.aspx>

COMENTÁRIO DOS Administradores

O ano 2020 foi marcado por grandes desafios econômicos e sociais. Diante de todas as dificuldades que a pandemia da covid-19 impôs, a CAIXA, como instituição financeira e agente de políticas públicas do Governo, protagonizou uma operação histórica no pagamento do auxílio emergencial, e em apenas cinco dias após a promulgação da lei, já pagávamos 2,5 milhões de brasileiros.

No segmento social foram pagos R\$ 497,23 bilhões em benefícios, incluindo os de caráter emergencial decorrentes do enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus. A prestação desses serviços se traduziu na maior operação de inclusão social, bancária e digital do Brasil, trazendo inclusão para milhões de pessoas que nunca tiveram acesso ao sistema bancário anteriormente.

Os valores pagos nos programas regulares de transferência de renda totalizaram aproximadamente R\$ 19,51 bilhões, tais recursos são essenciais para a erradicação da pobreza e a melhoria da distribuição de renda entre a população brasileira.

Os programas destinados ao trabalhador foram responsáveis, em 2020, por mais de 53,48 milhões de pagamentos de benefícios, totalizando aproximadamente R\$ 57,1 bilhões, distribuídos entre Seguro Desemprego, PIS Cotas/Rendimentos e Abono Salarial.

Para o crédito imobiliário, contratamos R\$ 116,03 bilhões de reais, estabelecendo um novo recorde na história da CAIXA referente à aplicação de recursos do SBPE, FGTS e Programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde Amarela.

A contratação em crédito rural foi de R\$ 7,9 bilhões, fechando o ano com o saldo de aproximadamente R\$ 7,72 bilhões em carteira, maior saldo desde o início do crédito rural na CAIXA em 2012, e o maior crescimento entre as principais instituições financeiras do país, com mais de 40% de incremento no ano.

Este ano também consolidamos o nosso papel como instituição mandatária responsável pelos repasses do Orçamento Geral da União. Atuamos junto ao Ministério da Economia, na revisão do processo de transferências voluntárias objetivando simplificar e desburocratizar os procedimentos. Essa ação permitiu a redução de custos operacionais e, consequentemente, de suas tarifas aplicáveis.

No ano de 2020, as contratações áreas de habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana e FGTS-Saúde com recursos do FGTS totalizaram cerca de R\$ 55,3 bilhões.

Sempre preocupada em ser parceira dos pequenos e microempreendedores, e como forma de minimizar os impactos da covid-19, além do Microcrédito Produtivo Orientado, ofertamos, ainda, as linhas de crédito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC Maquininhas). Em 2020, foram concedidos mais de R\$ 260 milhões em operações de Microfinanças, atendendo aproximadamente 27.700 empreendedores.

Em loterias, do total de R\$ 17,1 bilhões arrecadados, foram repassados R\$ 8,05 bilhões para áreas prioritárias do país, como Saúde, Educação, Segurança e Esportes, entre outros. O maior repasse já feito pelas Loterias CAIXA em toda a sua história.

O Programa CAIXA MAIS BRASIL, que possibilita que a alta gestão da empresa se aproxime de todo o país, prosseguiu com as visitas às mais diversas localidades, alcançando a marca de 87 fins de semanas viajando pelo Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste e no interior do país, vivenciando a força da CAIXA e a importância de nosso papel para a sociedade brasileira.

Com o foco direcionado para o aprimoramento da governança, promovemos diversas medidas de fortalecimento dos controles, dos instrumentos e de nossa estrutura, e nesse sentido, destacamos o nível superior de adequação geral à Lei nº 13.303/2016 conferido à CAIXA pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O resultado da CAIXA no ano de 2020 foi o reflexo da dedicação dos seus empregados e colaboradores, que atuaram de forma a reforçar o nosso compromisso de ser o Banco de Todos os Brasileiros.

A presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa cumpre seu objetivo com a explitação dos compromissos de consecução de objetivos das políticas públicas pela CAIXA, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou sua criação, com definição dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos.

Conselho de Administração da CAIXA